

DISCURSO DE ABERTURA DA DIRETORA-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL NO I SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS ESTADUAIS - BRASÍLIA (8 a 11.10.1984)



Pela primeira vez na História do Brasil reúnem-se os arquivos estaduais, representados por seus dirigentes e técnicos, juntamente com o Arquivo Nacional, para avaliar o seu passado, diagnosticar o seu presente e delimitar uma estratégia global de proteção, em futuro o mais breve possível, ao patrimônio documental arquivístico brasileiro.

Não poderia haver ocasião mais oportuna para tratarmos desse tema, pois aqui se encontram os principais arquivos brasileiros, as mais proeminentes autoridades arquivísticas do Brasil e aqueles que, a curto prazo, podem colaborar decisivamente para motivar o Poder Público a assumir, em toda a sua amplitude, a importância da preservação dos documentos da nação brasileira.

Pretendemos que este Seminário seja a base de uma política nacional de arquivos definindo os pontos fundamentais que possibilitem uma interação cada vez mais profunda entre o Arquivo Nacional e os arquivos estaduais.

Ao promover esse Seminário esperamos, antes de tudo, contribuir para que se restaure a vocação federativa, expressa não só na estrutura republicana dos poderes, mas também na criação, organização e acesso aos documentos públicos produzidos por estes mesmos poderes e pelas diferentes órbitas de competência da Federação: a União, os Estados, os Municípios. A Federação não pode ser uma mera figura do ideário jurídico. A consolidação das instituições políticas traduz-se na conservação e conhecimento dos seus registros documentais, referência histórica e base experimental da construção democrática.

A estabilidade democrática tem como um dos seus pressupostos fundamentais a recuperação das informações contidas nos documentos produzidos pelo Poder Público. Tais documentos, devidamente guardados nos arquivos públicos, ao refletirem a história das dificuldades políticas da Nação, constituem referências indicativas das alternativas para a construção democrática. Uma Nação que não guarda os documentos produzidos por suas instituições não pode resgatar as suas experiências e tomá-las como fundamento do seu próprio futuro.

Durante os últimos anos de nossa gestão no Arquivo Na -

DOC. AV. 0075
ARQ 70

cional procuramos, por todos os meios, consolidar uma proposta federativa e democrática para a política nacional de arquivos. Uma política que não se constituísse em repetição de erros e desvios do passado, mas na superação desses, fortalecendo técnica e administrativamente o Arquivo Nacional e estimulando o desenvolvimento da rede de arquivos do país. Temos desenvolvidos esforços para a definição de um estatuto legal que, expressando as modernas teorias arquivísticas, favoreça também a integração de diferentes setores da vida nacional que produzem não só os documentos da rotina administrativa, mas também aqueles que, pelo seu valor informativo e probatório, devem ser preservados permanentemente em instituições arquivísticas públicas com todas as garantias técnicas necessárias a sua conservação.

Procuramos também implementar medidas modernizantes que habilitassem o Arquivo Nacional a exercer a sua dupla função: a de depositário final da documentação produzida pela Administração Pública Federal e a de órgão central do Sistema Nacional de Arquivos. Tais medidas resultaram na obtenção de novas e adequadas instalações físicas para guarda do atual acervo e recolhimento de novos documentos, bem como no estabelecimento de um corpo de profissionais de nível técnico e científico apto a desenvolver as atividades inerentes a um arquivo público de dimensão nacional.

Os esforços desenvolvidos refletem-se hoje no Arquivo Nacional, ao possibilitarem a conservação e acesso a documentos de inestimável valor para a revisão da historiografia brasileira e, em breve, com as novas instalações físicas, na implementação de uma política de recolhimento e transferência. Essa recente experiência de modernização começa também a ser divulgada para outros arquivos públicos brasileiros, como os estaduais que, numa escala menor, apresentam problemas técnicos e institucionais bastante semelhantes àqueles enfrentados pelo Arquivo Nacional em seus quase 150 anos. Como já tivemos ocasião de afirmar, a descaracterização do papel do Arquivo Nacional em quase um século e meio não comprometeu apenas a esfera de atuação federal: irradiou-se também para outras áreas da administração e do poder público, atingindo os governos estaduais e municipais, gerando um esvaziamento e uma diluição das funções da maioria dos arquivos públicos em nosso país.

Ainda recentemente a UNESCO conferiu ao Arquivo Nacional a condição de projeto-piloto para a modernização de arquivos históricos de tipo tradicional. O reconhecimento internacional aos esforços desenvolvidos por toda uma equipe, no Arquivo Nacional, refe

renda os seus resultados no âmbito do conhecimento arquivístico. Todo um conjunto de métodos e técnicas elaborados para fazer face a problemas específicos de um arquivo público brasileiro, contribuí para o desenvolvimento de uma arquivologia brasileira, voltada para as nossas realidades institucionais e documentais.

Acreditamos que a modernização do Arquivo Nacional, ainda em curso, tem, porém, como consequência última o estabelecimento de uma base técnica irreversível com desdobramento inevitável, gerando novas experiências em favor do desenvolvimento arquivístico, da proteção do acervo e da democratização da informação.

Na elaboração do programa desse Seminário, obedecidos os parâmetros gerais da nossa proposta, bem como um diagnôstico preliminar que realizamos sobre a situação dos arquivos estaduais, procuramos priorizar temas que refletissem as principais dificuldades enfrentadas por essas instituições. Neste sentido, cumprindo as nossas funções de órgão central do Sistema Nacional de Arquivos, orientamos os trabalhos para duas vertentes principais. Por um lado, as insuficiências dos arquivos estaduais tanto nas suas relações com as administrações nas quais se acham inseridas, quanto na sua estrutura organizacional, legislação e recursos humanos. Por outro, procuramos também incentivar debates sobre tratamento técnico arquivístico. Ambas as vertentes se enquadram no painel final sobre "O Sistema Nacional de Arquivos e os arquivos estaduais", quando, esperamos, sejam definidas formas concretas para ampliar a interação entre o Arquivo Nacional e os arquivos estaduais, bem como o relacionamento destes entre si. Organizado dessa forma o temário, temos a certeza que serão abordados os mais importantes problemas que afetam os arquivos estaduais brasileiros.

Cabe ressaltar que esse Seminário não se realizaria sem o apoio do Governo do Distrito Federal, através da sua Secretaria de Educação e Cultura, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da Fundação Centro de Formação do Servidor Público. Esta colaboração mútua permite-nos afirmar que, se as instituições brasileiras harmonicamente contribuírem para a discussão dos problemas que afetam a vida política e administrativa brasileira, estaremos construindo uma sociedade aberta e democraticamente organizada. Da mesma forma, devemos destacar e agradecer a colaboração e participação dos arquivos estaduais aqui presentes, desempenhando o seu papel na definição e implementação de uma política nacional de arquivos e demonstrando efetivamente nossa vocação federalista e republicana. Não de uma federação que despreza os federados, mas re-



conhece a sua importância e o seu papel harmonizador. Não de uma re-
pública que despreza a res/publica, mas de uma república federativa
que, conservando o seu patrimônio documental arquivístico, conserva
a sua própria História como fonte de conhecimento e como roteiro da
experiência democrática.

F